

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DAS GRANDES
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO AO LONGO DA HISTÓRIA

Fernanda Gozzi Pereira Lima

Fernando Penhalbel Seconi

Universidade Estadual de Maringá

1- A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
REGIONAL E LOCAL: IMPASSES E PERSPECTIVAS

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DAS GRANDES TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO AO LONGO DA HISTÓRIA

Fernanda Gozzi Pereira Lima¹
Fernando Penhalbel Seconi²

Resumo

Neste trabalho visou-se apresentar a origem do trabalho, o seu desenvolvimento ao longo dos anos e o processo de transformação procedente da transição do Sistema Feudal para os modos de produção capitalista, advindos da Revolução Industrial. Surgiu como proposta alternativa para integrar os trabalhadores marginalizados pelo sistema capitalista: a Economia Solidária. Diversos autores são citados no presente trabalho com a proposta de criticar o sistema vigente atual, e muitas vezes solucionando os impasses causados pelo mesmo, através das políticas públicas.

Palavras-Chave: Trabalho; Revolução Industrial; Capitalismo; Economia Solidária.

Abstract

This article makes a presentation about the origin of the labor, its development through the years and the transformation process came from the transition of the Feudal System to the manners of capitalist production, results of the Industrial Revolution. As an alternative proposal to integrate the workers marginalized by the capitalist system, has arisen the Solidarity Economics. Several authors are mentioned in this work criticizing the present system, and many times solving the impasses caused by the same, through the public politics.

Key-Words: Work, Industrial Revolution, Capitalism, Solidary Economics

Introdução

O artigo buscou compreender a origem do trabalho e o seu processo de transformação ao longo dos anos. Inicialmente foram citadas as primeiras relações do homem com as formas primitivas de trabalho, onde a relação era estabelecida pela busca dos meios de sobrevivência, observando que o trabalho era em prol da família e até mesmo lazer.

¹ Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá; estagiário do Núcleo Local/Unitrabalho UEM; fernandagplima@hotmail.com

² Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá; estagiário do Núcleo Local/Unitrabalho UEM; seconera@hotmail.com

Com a transição para a Idade Média foram constituídos os feudos, onde o trabalho era caracterizado como algo sujo e pecaminoso. A origem da palavra “trabalho” estava relacionada a sofrimento e a punição, onde os servos trabalhavam em função do Senhor Feudal. A Igreja Católica na Idade Média era a maior proprietária de terras e pregava o trabalho como uma necessidade que leva a fadiga e que resulta de uma punição.

O episódio marcante do fim da Idade Média foram as Cruzadas, financiada pela Igreja Católica e pela nova classe que estava surgindo, a burguesia, contava com o caráter religioso, político e econômico. Com o seu desenvolvimento a denominação de trabalho foi se modificando, tornando-se algo enobrecedor.

Diversos intelectuais estudaram a Reforma Protestante, advindas das Cruzadas, Max Weber foi o principal deles, onde em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” mostra com clareza as seitas protestantes calvinista e luterana como precursores da reforma, consagrando o trabalho.

A Revolução Industrial marcou o início de uma nova era, a Idade Moderna. A substituição das ferramentas pela máquina, da energia humana pela energia matriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril foram às locomotivas da revolução, transcorrendo na Inglaterra no início do século XVIII. Foi marcada por três fases: a artesanal, o surgimento das manufaturas e das fábricas e a invenção da máquina a vapor, o estopim da revolução. Quanto ao trabalho é possível afirmar que a Revolução desencadeou uma grande quantidade de desempregados que vivia nas cidades inglesas, utilizados como mão de obra barata

Com o decorrer dos anos, o aparecimento de alguns descontentamentos na sociedade capitalista desencadeou críticas ao sistema, Karl Marx publicou “O Capital”, onde defendeu um novo sistema, o socialismo. O ideal dessa nova ordem, criada por Marx, contraria-se a tese de Adam Smith, liberalismo econômico.

A Economia Solidária surge em resposta à pobreza ocasionada pelo sistema capitalista, organizando os trabalhadores em cooperativas

autogestionárias com princípios básicos de igualdade e democracia, sintetizando a idéia socialista.

Origem, transformações e definição: Trabalho.

O trabalho é uma das formas do homem atuar sobre o mundo e o que faz de várias formas, mas com certeza o faz devido à bagagem que traz de sua lembrança cultural e sua ideologia acerca das relações sociais.

A história do trabalho teve sua origem na busca humana de formas de satisfazer suas necessidades biológicas de sobrevivência (caça e pesca). Essa busca reproduz-se historicamente no produzir para o consumo e para a garantia da sobrevivência. E, à medida que as necessidades foram sendo satisfeitas, ampliaram-se, contribuindo para a criação de novas relações, que passaram a determinar a condição histórica do trabalho.

Com o desenvolvimento da agricultura, os homens descobriram no plantio uma nova fonte de alimentos para si e seus filhos e começaram a se multiplicar em processo acelerado (Huberman, 1981). A expansão numérica levou à conquista de novas áreas de cultivo, originando, com a atividade de plantio, as noções de propriedade e de produto excedente. O produto excedente, aquele que não era imediatamente consumido, foi gradativamente gerando uma classe ociosa, e a propriedade, tal como se encontra em estágios posteriores da evolução econômica, separou-se do trabalho, a ponto de estabelecer-se a desapropriação total de quem trabalha pelo suposto direito de propriedade do ocioso. Nesse contexto, inseriu-se a prática da guerra, que transformou os povos conquistados em produtores comprometidos com a entrega de seus excedentes aos donos da terra.

No início da era Cristã, última grande religião mundial antes do Islamismo, o trabalho era associado com noção de punição, maldição. Na Bíblia, o trabalho é apresentado como uma necessidade que leva à fadiga e que resulta de uma maldição: *"comerás o pão com o suor de teu rosto"* (Gn. 3,19). Decorre desse princípio bíblico o sentido de obrigação, dever, responsabilidade, impregnado à noção de trabalho. Portanto, para os antigos o

trabalho era destinado àqueles que tinham perdido a sua liberdade, ou seja, os escravos.

O significado de sofrimento e punição perpassou a história da civilização, relacionando-se, também, diretamente, ao significado do termo latino que originou a palavra trabalho. Ela vem do latim vulgar *tripalium*, embora seja, às vezes, associada à *trabaculum*. *Tripalium* era um instrumento feito de três paus aguçados, com ponta de ferro, no qual os antigos agricultores batiam os cereais, para processá-los. Associa-se também à palavra trabalho o verbo do latim vulgar *tripaliare* que significava "torturar sobre o *trepalium*", mencionado como uma armação constituída por três troncos, suplício que substituiu o da cruz, conhecida no mundo cristão como instrumento de tortura. Por muito tempo, a palavra trabalho significou experiência dolorosa, padecimento, cativoiro, castigo.

A Idade Média representa um período de transformações significativas, em relação às épocas anteriores, principalmente no que diz respeito ao predomínio da vida rural. Ao modo de produção escravagista da Antiguidade, sucedeu-se o feudal e os trabalhadores típicos passaram a ser os servos que, por não terem a posse da terra, estabeleciam uma relação servil de trabalho, produzindo para si e também para todos os habitantes do feudo

A igreja passou a pregar que os trabalhadores, servos, deveriam trabalhar em prol do Senhor Feudal, devia-lhe obediência e nada era contestado. Segundo Huberman (1981), não se pode descrever com precisão e rigor o sistema feudal, tendo em vista que as condições encontradas nos locais em que era instalado variavam muito: o próprio sistema variava de lugar para lugar. Não obstante o autor identifica algumas características fundamentais do trabalho realizado sob tal regime, como a vassalagem, o benefício e o senhorio, além da própria estrutura geral da comunidade aldeã feudal. Segundo o mesmo autor, naquele período havia vários graus de servidão, embora seja difícil aos historiadores delinear todos os matizes de suas diferenças e seus diversos tipos. Havia os "servos dos domínios", que viviam permanentemente ligados à casa do senhor e trabalhavam em seus campos durante todo o tempo, não apenas dois ou três dias por semana. Os servos

possuíam uma relação de dependência que os submetia ao seu senhor: em troca da terra para morar e cultivar, de forma a satisfazer as necessidades básicas de subsistência, eram obrigados a realizar uma determinada quantidade de trabalho para o proprietário da terra, não sendo, portanto, livres para dispor da sua força de trabalho.

A Igreja é considerada a maior proprietária de terras no período feudal. Segundo os historiadores, isso ocorreu pelo fato de que homens preocupados com a vida pós morte, desejosos de passar para o lado direito de Deus, doavam-lhe terras; outras pessoas agiam da mesma forma, porque achavam que a Igreja realizava uma grande obra de assistência aos doentes e aos pobres. Alguns nobres ou reis criaram o hábito de, sempre que venciam uma guerra e se apoderavam das terras dos inimigos, doar parte delas à Igreja, que, por esses e outros meios, aumentou suas propriedades, até que se tornou proprietária de entre um terço e metade de todas as terras da Europa ocidental.

A nobreza e o clero constituíam as classes governantes. Controlavam a terra e o poder que dela provinha. A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza, proteção militar. Em troca, exigiam pagamento das classes trabalhadoras, em forma de cultivo das terras. Igreja liderou, na época, um movimento religioso de peregrinações à Terra Santa, denominado de "Cruzadas", com a intenção de resgatá-la. Esse movimento foi apoiado por pessoas que aparentemente nada ganhavam por isso, mas também por grupos cujos interesses eram conquistas que pudessem lhes trazer vantagens, principalmente a posse de mercadorias e de terras.

Destacam-se os patrocinadores do movimento e seus diferentes interesses. Primeiro: A Igreja, pelo motivo religioso da reconquista da Terra Santa, bem como para encaminhar os guerreiros a outros países que pudessem converter-se ao Cristianismo, caso a vitória lhe sorrisse; segundo: a Igreja e o Império Bizantino, com sua capital em Constantinopla, próximo ao centro do poder muçulmano na Ásia. Enquanto a Igreja via nas Cruzadas a oportunidade de estender seu poder, a Igreja Bizantina via nelas o meio de restringir o avanço muçulmano em seu próprio território; terceiro: os nobres e cavaleiros, que desejavam os saques ou que estavam endividados, e também

os filhos mais novos, com pequena ou nenhuma herança, que julgavam ver nas Cruzadas uma oportunidade para adquirir terras e fortunas; quarto: o interesse dos comerciantes, que visava o potencial das cidades italianas de Veneza, Gênova e Pisa, cidades comerciais, situadas em local considerado ideal para o comércio e tendo como saída o Mediterrâneo. Nessas cidades viviam os odiados muçulmanos, considerados originalmente os inimigos de Cristo.

Com o avanço da Idade Média, foram significativas as mudanças que passaram a ocorrer na vida das pessoas e das cidades. A Igreja, que, até a ascensão do Comércio, detinha o controle da Educação, deixa de exercê-lo com o surgimento de escolas independentes fundadas por mercadores que prosperavam. Antes, o Direito da Igreja fora supremo; agora, o velho Direito Romano, mais adequado à necessidade de uma sociedade comercial, fora ressuscitado; antes, a Igreja era a única que dispunha de homens cultos, capazes de conduzir negócios do Estado; agora, o soberano podia confiar numa nova classe de pessoas treinadas no movimento comercial e consciente das necessidades do comércio e da indústria. Começa aqui o embrião de uma nova percepção do que viria a ser o trabalho e o emprego na atividade mercantil.

Na Idade Média, os seres humanos eram considerados servos de Deus, iguais entre si e irmãos da natureza. Deus era a razão dos princípios, da ação e da contemplação. O exercício do trabalho teve, inicialmente, significado negativo, era o castigo devido ao pecado. Posteriormente, a própria Igreja, com a Reforma Protestante, começou a dar nova conotação, um sentido positivo ao trabalho. Isso ocorreu, e foi intensificado, devido, principalmente, ao aumento significativo da população mundial; conseqüentemente, deu-se a necessidade de aumento na produção de excedentes. A partir desse período, acentuou-se o uso da tecnologia, desenvolvida para facilitar a realização do trabalho, bem como para aumentar o seu ritmo.

O Calvinismo, decorrido da reforma protestante, transformou o trabalho em instrumento para a aquisição de riquezas, meio de sucesso no mundo terreno, que permitiria ao homem sentir-se escolhido por Deus. A mentalidade protestante conjugou-se à sede de dinheiro dos Estados absolutistas pré-

modernos e sua militarização da economia. Desse modo, todos os homens formalmente livres da Modernidade foram submetidos àquela forma menor de atividade, considerada pelos antigos como a essência da servidão e, por isso, como sofrimento.

A Avaliação religiosa do trabalho sistemático, incansável e contínuo na vocação secular e evidente prova de redenção e de genuína fé deve ter sido a mais poderosa alavanca concebível para a expansão dessa atitude diante da vida, que chamamos aqui de espírito do capitalismo. (Weber, 2003, p. 128)

A partir do século XII, a economia transformou-se em uma economia de muitos mercados; com o crescimento do comércio, a economia natural do feudo auto-suficiente do início da Idade Média transformou-se em economia de dinheiro, de um mundo do comércio em expansão. Um dos efeitos mais importantes do crescimento comercial foi o desenvolvimento das cidades. A expansão do comércio significava trabalho para um maior número de pessoas, e estas, para obtê-lo, deslocavam-se até a cidade. Surge daí uma relação de trabalho e comércio intimamente ligada ao excedente de produção.

Primeiramente surgiram as feiras periódicas, como formas de comércio, realizadas na Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Itália, que se constituíram em um passo para o comércio estável e permanente. Havia uma diferença entre os mercados locais semanais dos primeiros tempos da Idade Média e essas grandes feiras do século XII a XV. Os mercados eram pequenos, negociando com os produtos locais, em sua maioria agrícola. As feiras, ao contrário, eram imensas e negociavam por atacado mercadorias que provinham de todos os pontos do mundo conhecido. A feira era o centro distribuidor, onde os grandes mercadores e artesãos locais, que se diferenciavam dos pequenos revendedores errantes, compravam e vendiam as mercadorias estrangeiras procedentes do Oriente e do Ocidente, do Norte e do Sul.

O progresso das cidades e o uso do dinheiro possibilitaram aos artesãos abandonar o trabalho servil na agricultura e viver o seu ofício, não mais para satisfazer suas necessidades apenas, mas para atender à demanda. Portanto

o crescimento do comércio justificava-se, também, pela existência do artesanato enquanto profissão isolada, já que, até aquela época, na economia do mundo pré-moderno, a produção era limitada, e o próprio consumo dava-se dentro dos limites das necessidades físicas do ser humano.

À medida que os servos foram se emancipando, organizaram o trabalho urbano, tornando-se padeiros, sapateiros, tecelões etc. Essas especialidades eram agrupadas em corporações de ofícios ou *guildas*, associações profissionais de defesa mútua, destinadas a proteger seus interesses e lutar contra a aristocracia, preservando o monopólio do trabalho de cada gênero na cidade. Também os comerciantes e mercadores, frente às restrições feudais, uniram-se em corporações ou ligas, com o objetivo de controlar o mercado.

A unidade industrial típica do final da Idade Média era uma pequena oficina, tendo um mestre como empregador em pequena escala, trabalhando lado a lado com seus ajudantes. Existiam dois tipos de ajudantes ou jornaleiros. Os aprendizes eram jovens que viviam e trabalhavam com o artesão principal.

Entretanto, foi no Renascimento que ocorreu o grande desenvolvimento da ciência e da técnica. As manufaturas desenvolveram-se a partir do século XVI, com uma centena de diferentes ofícios, instaurando novos modos de organização de trabalho. Desde o século XVII, começaram a aparecer grandes empresas com considerável concentração de capital e agrupando um número significativo de operários, organizados em corporações ou comunidades.

O declínio das corporações deu-se em meados do século XIV, depois de uma "série de conflitos a partir do descontentamento dos pobres, aliados ao ressentimento e ciúme dos pequenos artesãos para com os poderosos" (Huberman, 1981). Em decorrência, deu-se origem a uma série de revoltas camponesas, que se espalharam por toda a Europa ocidental. As corporações começaram a decair, o poder das cidades livres enfraqueceu. Do século XVI ao XVIII, os artesãos independentes da Idade Média começaram a desaparecer e, em seu lugar, surgiram os assalariados, cada vez mais dependentes do capitalista mercador intermediário empreendedor.

Esse é o marco do surgimento de uma nova relação no trabalho, que veio a constituir-se no emprego e no assalariamento. Subjacente a tal movimento, estava uma nova crença de valores que daria à sociedade ocidental a oportunidade de um enorme desenvolvimento econômico e uma nova ordem na relação entre capital, natureza e trabalho. É no alvorecer da Modernidade, com suas crenças e valores, o momento em que se estabelece uma nova ordem nas relações entre capital e trabalho.

O homem moderno passou a imolar sua vida no altar do "trabalho" e a tomar como situação de felicidade a submissão a um "emprego" determinado por outrem. O trabalho tornou-se nesta era uma atividade compulsiva e incessante, a servidão tornou-se liberdade e a liberdade, servidão; ou seja, a aceitação voluntária de um sofrimento, sem outro sentido senão ele próprio. Para o homem dos tempos modernos, o tempo livre inexistente, ou é escasso. Passou a ser, por outros meios, um mero prolongamento do trabalho, veja-se a indústria da diversão. A lógica do trabalho perpassa a cultura, o esporte e, até mesmo, a intimidade. Em outras palavras, ela apoderou-se de todas as esferas da vida e da existência humana.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

No final do século XVIII, mais precisamente em 1776, Adam Smith publica "A Riqueza das Nações" e conquista para a economia o status de ciência, pois dá um tratamento mais organizado, consistente, independente e elaborado ao pensamento econômico. Nesse período o mundo também passa por transformações com a denominada Revolução Industrial, quando acontece uma gradativa substituição da utilização da força manual pela força das máquinas, configurando a transição do feudalismo para uma nova forma de organizar e pensar a produção: o sistema capitalista.

A Revolução Industrial teve início no século XVIII, motivada pela "crise geral" da economia na Inglaterra, no século XVII, última fase da transição do sistema feudal para a economia capitalista; a mecanização dos sistemas de produção é a maneira mais objetiva possível de resumir o contexto da revolução. Enquanto na Idade Média o artesanato era a forma de produzir mais

utilizada, na Idade Moderna tudo mudou. A burguesia industrial, na ânsia por maiores lucros, menores custos e produção acelerada, buscou alternativas para melhorar a produção de mercadorias. Também podemos apontar o crescimento populacional, que trouxe maior demanda de produtos e mercadorias.

A Revolução teve início no Século XVIII e para alguns historiadores iniciam-se em 1733 com a invenção da lançadeira volante, por John Kay, outras invenções foram produzidas posteriormente, mas a que se caracteriza como estopim para a revolução foi à invenção do motor a vapor.

Para o historiador Eric Hobsbawn, tal revolução é vista como algo negativo. Dono de um amplo conhecimento da teoria marxista e apoiador da mesma, o autor cita: *“Nenhum progresso será possível se não aceitarmos antes, que a revolução industrial britânica não é um problema geral; pelo contrário, trata-se de um problema específico, por três razões: 1) é o problema de um país em particular, numa situação peculiar; 2) não é apenas o problema do desenvolvimento econômico, mas também da arrancada imprevista e revolucionária; 3) não é mais o problema de uma revolução industrial em condições sociais indefinidas, mas nas condições sociais do capitalismo”*. Os interesses industriais britânicos eram nacionalistas, e consideravam o aparato estatal inglês como uma máquina feita para eliminar seus competidores estrangeiros e potencializar ao máximo os ganhos de seus mercados externos. A Inglaterra cumpriu esta missão até conseguir o triunfo completo do capitalismo na Grã-Bretanha, com uma combinação de protecionismo rígido e guerras econômicas.

O sistema econômico surgido da revolução industrial crescera tanto em complexidade, que no Século XIX o ritmo da alteração econômica, no referente à estrutura da indústria e das relações sociais, o volume de produção e a extensão e variedade do comércio, mostrou-se inteiramente anormal, a julgar pelos padrões dos séculos anteriores, tão anormal a ponto de transformar radicalmente as idéias do homem sobre a sociedade, de uma concepção mais ou menos estática de um mundo onde, de permanecer na posição de vida que lhes fora dada ao nascimento, e onde o rompimento com a tradição era contrário à natureza, para uma concepção de progresso como lei da vida e da

melhoria constante como estado normal de qualquer sociedade sadia. Tempos antes do crescimento da indústria capitalista, uma barreira surgiu: a “estreiteza” do mercado. Sua expansão ameaçada pela baixa produtividade imposta pelos métodos de produção do período, sendo esses obstáculos reforçados pela escassez de mão-de-obra. Na revolução industrial essas barreiras foram eliminadas e, em vez disso, a acumulação e o investimento do capital se viram, a cada ponto no quadrante econômico, diante de horizontes cada vez mais amplos. Em “As origens da Revolução Industrial”, Hobsbawm é objetivo dizendo tal revolução é vista como fenômeno inevitável de “combustão espontânea” que ocorre cada vez que os ingredientes necessários (crescimento da população, expansão do comércio, acumulação de capital, progresso econômico e clima social adequado) se combinam em quantidades suficientes ou aumentam a um ritmo propício.

Ao mesmo tempo em que a máquina tomava espaço, desenvolviam-se na Europa diversas correntes filosóficas e uma série de teorias econômicas. O século XVII foi à era de Galileu e Newton. Os autores referem-se a ela com a era das revoluções científicas. Nesse período também compreendeu a primeira das revoluções liberal-democráticas que iriam redefinir a maioria dos governos no mundo. Viu-se o surgimento da filosofia e das instituições capitalistas. Nesse tempo houve inúmeras controvérsias na religião, filosofia, e na Teoria Social, as quais serviram depois como balizas para o pensamento moderno.

Em muitas regiões da Europa, os trabalhadores se organizaram para lutar por melhores condições de trabalho. Os empregados das fábricas formaram as trade unions (espécie de sindicatos) com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos empregados. Houve também movimentos mais violentos como, por exemplo, o ludismo. Também conhecidos como "quebradores de máquinas", os ludistas invadiam fábricas e destruíam seus equipamentos numa forma de protesto e revolta com relação a vida dos empregados. O cartismo foi mais brando na forma de atuação, pois optou pela via política, conquistando diversos direitos políticos para os trabalhadores. As fábricas do início da Revolução Industrial não apresentavam o melhor dos ambientes de trabalho. As condições das fábricas eram precárias. Eram ambientes com péssima iluminação, abafados e sujos. Os salários recebidos

pelos trabalhadores eram muito baixos e chegava-se a empregar o trabalho infantil e feminino. Os empregados chegavam a trabalhar até 18 horas por dia e estavam sujeitos a castigos físicos dos patrões. Não havia direitos trabalhistas como, por exemplo, férias, décimo terceiro salário, auxílio doença, descanso semanal remunerado ou qualquer outro benefício. Quando desempregados, ficavam sem nenhum tipo de auxílio e passavam por situações de precariedade.

Em suma, a Revolução Industrial foi à substituição das ferramentas pela máquina, da energia humana pela energia matriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril. Aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e encerrou a transição entre o feudalismo e o capitalismo.

As etapas da industrialização se deram em três maneiras; Primeiramente nos anos que se compreende de 1750 até 1850 a revolução se restringe à Inglaterra, a “oficina do mundo”. Preponderam a produção de bens de consumo, especialmente têxteis, e a energia à vapor.

Na primeira fase, o artesanato, cada artesão era dono de suas ferramentas controlavam o ritmo de produção e determinava o valor final de cada produto. Em 1850 a 1900, espalha-se pela Europa, América e Ásia, crescendo a concorrência, a indústria de bens de produção se desenvolvem, as ferrovias se expandem; surgem novas formas de energia, como a hidrelétrica e a derivada do petróleo. O transporte também se revoluciona com a invenção da locomotiva e do barco a vapor.

A segunda fase compreende-se no surgimento das primeiras manufaturas, os capitalistas controlavam o processo produtivo, eram os donos das fábricas e determinavam o ritmo da produção e o valor final das mercadorias, e os trabalhadores só recebiam salário mensal, possuíam apenas sua força de trabalho, e a vendia aos empresários para produzir mercadorias em troca de salários.

De 1900 até hoje, surgem muitas indústrias e multinacionais. A produção se automatiza, surge à produção em série e cresce a sociedade de consumo, com a expansão dos meios de comunicação, avança a indústria química e eletrônica, a engenharia genética, a robótica.

A terceira fase, em 1950 a Inglaterra cria a máquina a vapor, e dá um grande salto no desenvolvimento tecnológico. O pioneirismo inglês deu-se devido seu subsolo possuir grandes reservas de carvão mineral (principal fonte de energia mineral). Havia grandes reservas de minério de ferro (material usado na construção das máquinas).

Uma grande quantidade de desempregados vivia nas cidades inglesas, a burguesia por fim havia acumulado o capital, investindo na construção das fábricas. A riqueza estava concentrada na mão de uma minoria que ostentava uma vida de luxo. A maioria do povo era miserável, recebiam salários baixos e crianças eram submetidas a longas jornadas de trabalho, que duraram em média 15 horas. Os capitalistas preferiam contratar mulheres e crianças, seus salários eram mais baixos que o dos homens. Surgiu a partir de então o movimento operário. Surgem os conflitos entre operários, revoltados com as péssimas condições de trabalho. As primeiras manifestações são de depredação das máquinas e instalações fabris, com o tempo surgem organizações de trabalhadores da mesma área. No século XX os movimentos sociais se fortaleceram garantindo aos trabalhadores a conquista de muitos direitos sociais.

O dia 1º de maio é celebrado “O dia do Trabalho”. A data tem origem através de uma manifestação operária por melhores condições de trabalho iniciada no dia 1º de maio de 1866, em Chicago, nos EUA.

Notas:

Fordismo é um sistema produtivo baseado numa linha de montagem, tendo como objetivo a produção industrial elevada. Esse conjunto de princípios foi criado pelo americano Henry Ford em 1909. Sua meta principal era buscar o aumento da produção no menor espaço de tempo, utilizando o trabalhador que reproduzia mecanicamente a mesma ação durante todo o tempo. Na verdade ocorria a mecanização do trabalho, visto que, o operário apenas executava ordens sem participar do planejamento intelectual da atividade. Os veículos eram colocados numa esteira e passavam de um operário a outro para que cada um fizesse sua parte no serviço. Assim, ele não visualizava o trabalho, tornando-se alienado diante da sua obra.

O taylorismo visa à racionalização da produção, a fim de possibilitar o aumento da produtividade no trabalho, evitando o desperdício de tempo, economizando mão-de-obra, suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo. Em sua observação criteriosa, Taylor concretizou de forma exemplar a noção de “tempo útil”. A nossa sociedade do trabalho projetou essa preocupação com a obsessão pelo relógio - manifestação concreta do tempo transformado em mercadoria.

O Toyotismo troca a padronização pela diversificação e produtividade. E nesse sentido a participação do operário é fundamental pois, diferente do fordismo, exige a racionalização do trabalho e flexibilidade da produção. Na realidade esse sistema exige a especialização do trabalhador.

O incremento do trabalho assalariado em larga escala faz despontar o mercado de trabalho como uma instituição fundamental ao funcionamento da economia, sendo entendido de forma genérica como a compra e venda de serviços de mão-de-obra.

Entretanto, com o passar do tempo e o aparecimento de alguns descontentamentos no seio da sociedade capitalista, decorrentes em parte da luta de classes, ganha enorme destaque os estudos realizados por Karl Marx, que tem como principal obra “O Capital” (1867), na qual Marx estuda o processo de acumulação de capital existente no sistema capitalista, afirmando haver uma relação direta e forte entre a acumulação de capital por parte da burguesia e o empobrecimento do operariado, uma vez que, para Marx, somente o trabalho seria capaz de adicionar / criar valor à produção, portanto, a obtenção da mais-valia ou lucro do empresário aconteceria a partir da exploração do operário com a apropriação de parte do seu trabalho realizado. Para Marx, essa contradição do sistema capitalista iria gerar o seu fim, cedendo lugar a um novo sistema econômico: o socialismo, no qual o Estado deteria os meios de produção e decidiria a produção, buscando proporcionar uma maior igualdade social. O socialismo seria apenas um estágio intermediário para alcançar um patamar mais elevado e de perfeita harmonia: o comunismo.

O trabalho torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza ele produz. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumento em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias, produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e juntamente na mesma proporção com que produz bens. Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele como Ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho. (Karl Marx, 1979. p.111)

No sistema capitalista o trabalhador sobrevive em condições subumanas, quanto mais ele produz com a sua força de trabalho mais estranho ele se torna para si mesmo. Pois o operário deixa de realizar suas atividades para se tornar cada vez mais escravo do seu próprio trabalho. Enquanto o capitalista só visa buscar cada vez mais o acúmulo de riqueza, o lucro, o trabalhador deixa de realizar funções autenticamente humanas (comer, beber, procriar, vestir e habitar), pois se torna alienado do trabalho, mortifica o seu corpo e arruína seu espírito.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Procurou-se evidenciar até o momento a origem e as transformações ocorridas com o trabalho ao longo da história. De como o trabalho deixou de ser um elemento de transformação, criação e realização para se tornar sinônimo de sofrimento, miséria humana e alienação.

Busca evidenciar formas alternativas de interagir os marginalizados pelo sistema capitalista neste mesmo sistema, alternativas que procuram sanar os problemas decorridos da organização do trabalho e do modelo de produção atual, pois desde o seu surgimento, o capitalismo vem provocando reações adversas a seus princípios e a suas conseqüências.

Saint-Simon (1760 – 1825), Owen (1771– 1858), Fourier (1772 – 1837), são autores que vêm por em xeque a virulência industrial do capitalismo já em sua fase inicial, questionando as desigualdades que a nova ordem impõe à

sociedade. São considerados socialistas utópicos por estarem baseados em princípios morais e não em uma realidade material. Entretanto, suas idéias ainda hoje influenciam autores que fazem a crítica ao sistema produtor de mercadorias.

Saint-Simon concebe a idéia de um mundo governado pela ciência, através de uma associação coletiva, um “Conselho de Newtonianos”. Para o autor, a ciência desenvolveria a sociedade, geraria o progresso. Saint-Simon, também propõe a supressão dos ociosos. Para o autor, os homens que se distinguem nos trabalhos de utilidade (artesãos, artistas, sábios) são a cabeça da nação, ao passo que a realeza e todo o aparato estatal se configura numa classe de ociosos a ser suprimida a fim de que a nação pudesse progredir.

“A organização social está pouco aperfeiçoada; que os homens ainda se deixam explorar pela violência e pela fraude; e que a espécie humana, politicamente falando, ainda está mergulhada na imoralidade, pois os sábios, os artistas e os artesões, que são os únicos homens cujas atividades são de utilidade positiva para a sociedade, e que não custam quase nada, são subalternizados pelos princípios e por outros governantes, que não passam de indivíduos rotineiros mais ou menos incapazes.” (Saint Simon, 2002, p.60)

Fourier, não preconiza tanto a ciência a exemplo de Saint-Simon, mas enfatiza as vantagens do desenvolvimento do trabalho coletivo. Um trabalho industrial baseado no princípio da atração passional, onde o trabalho seria desenvolvido com prazer, emoção e liberdade individual. Na concepção do autor, existe o estado civilizado, onde reina a mentira, a indústria repugnante, o trabalho enfadonho, e o estado societário, que é baseado no uso da verdade e da indústria atraente. A sociedade não pode se desenvolver sem que haja uma repartição proporcional da riqueza produzida e a participação da classe pobre no crescimento da riqueza e sem que haja um equilíbrio populacional. Para o autor, o verdadeiro estado societário consiste em associar as paixões, caráter, gostos, instintos, desenvolvendo cada indivíduo sem melindrar o grupo, fazer brotar desde a mais tenra idade as vocações industriais que são numerosas na infância, colocar cada um nos diferentes postos para os quais a natureza os

convoca variar freqüentemente os trabalhos e garantir-lhes encanto suficiente para fazer nascer à atração industrial.

“Nosso século pretende distinguir-se pelo espírito de associação, mas como pode fazer isso, se na agricultura se adota a distribuição por famílias, que é a menor combinação possível? Não se pode imaginar reuniões menores, mais antieconômicas e mais anti-societárias que a de nossas aldeias [...] essas aldeias chagam a construir trezentos celeiros e trezentas adegas, mal planejadas e mal localizadas, quando bastaria, em associação, um único celeiro e uma única adega, bem localizada, bem equipada e ocupando apenas uma décima parte das pessoas que a propriedade fragmentada ou o regime familiar exigem” (Fourier, 2002, p.72)

O autor concebe a idéia de um mundo novo, baseado no associativismo que traria vantagens econômicas, sociais e ecológicas.

Para Owen, a sociedade se desenvolveria harmonicamente por meio de um sistema racional. O autor concebe o homem como “uma organização composta de diversas faculdades corporais e intelectuais, experimentando necessidades ou inclinações físicas e morais, sensações, sentimentos e convicção”. Entretanto, o autor entende que estes diferentes instintos naturais não agem harmonicamente levando o homem a uma luta diária entre motivações contrárias que afetam sua saúde e felicidade. Entende ainda que, através da educação, o homem poderia atingir um estado de harmonia que é a base do sistema racional.

“Torna-se cada vez mais evidente que é muito mais fácil produzir e distribuir riquezas abundantes e bem educar e governar a população pela união dos homens, habituados a cooperar e ajudar-se mutuamente em um único interesse definido e bem compreendido que pela diversão e oposição de interesses” (Owen, 2002, p. 129)

O pensamento destes autores evidencia que temas emergentes relacionados às formas alternativas ao modo de produção capitalista são recorrentes. As desigualdades sociais provocadas pelo capitalismo continuam evocando na atualidade uma grande crítica a este modelo hegemônico, de modo que os debates envolvendo a economia solidária são cada vez mais crescentes.

Singer argumenta que a economia solidária aparece com os operários, no início do capitalismo industrial, em resposta à pobreza e ao desemprego causado pela disseminação da maquinaria no início do século XIX. Os trabalhadores se organizando através de cooperativas tentavam recuperar o trabalho e a autonomia econômica com princípios básicos de igualdade e democracia que, segundo o autor, sintetizavam a ideologia do socialismo.

O autor, ao estabelecer a diferença entre a organização capitalista e a organização solidária diz que a primeira pertence aos investidores, àqueles que fornecem o dinheiro para adquirir os meios de produção, razão pela qual sua única finalidade é lhes proporcionar lucro, como também o poder de mando está concentrado totalmente nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados. Já a organização solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção. Na organização solidária o capital da empresa é possuído apenas pelos que nela trabalham.

“Trabalho e capital são fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela.” (Singer, 2002, p.83)

Para Singer, a finalidade da empresa solidária é maximizar a quantidade e a qualidade do trabalho e não maximizar lucro. “Na realidade, na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital”. O excedente anual é destinado conforme deliberação dos trabalhadores, e pode ser reinvestido na organização como pode ser destinado a um fundo de educação ou outros fins sociais, ou eventualmente à divisão entre os sócios por critérios aprovados por eles. Desta forma, o autor entende que na organização solidária, o capital não é remunerado sob qualquer pretexto, portanto, não há lucro, posto que este é tanto econômica quanto juridicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital.

Ainda para Singer, a economia solidária se constitui num modo de produção que ao lado do capitalismo, da produção estatal de bens e serviços,

entre outros, compõe a formação social capitalista “que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses”. Entretanto, para o autor, mesmo sendo hegemônico, o sistema capitalista não impede o desenvolvimento de outras formas de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si, toda a população economicamente ativa. Assim, o crescimento da economia solidária se dá em função das crises sociais que a competição dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Porém, ela só se viabiliza e se torna uma verdadeira alternativa ao capitalismo quando, nas palavras do autor “a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social”.

Conclusão

Com base no já afirmado, torna-se claro como o capitalismo transformou a vida do trabalhador na decorrência dos anos, transformado o ser humano em um mero instrumento de trabalho. Apesar do nível de vida da população estar melhorando progressivamente, a industrialização foi incapaz de acabar com os antigos problemas sociais como a fome, miséria e preconceito.

A Economia Solidária procura abrigar o trabalhador marginalizado por este sistema, pois ele é incapaz de inserir dentro de si, toda a população economicamente ativa, através de cooperativas autogestionadas, em um modo de produção que ao lado do capitalismo compõe a formação social capitalista.

Referências Bibliográficas:

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1977.

HOBBSBAWN, E. **As origens da Revolução Industrial**. São Paulo: Editora Global, 1979.

_____. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado**, Rio de Janeiro: Paz e Terra 1981.

HUBERMAN, L. **A História da Riqueza do Homem**. São Paulo: Lpc, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, Volume I. Civilização Brasileira

SANTOS, B. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TEIXEIRA, A. **Utópicos Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.